

O Cimi denuncia a "política do terror"

CUIABÁ (Do correspondente) — A denúncia da "política do choque e do terror", caracterizada pela "corrupção de lideranças indígenas, por uma premeditada estratégia, por atos de 'emancipação de fato' e por uma crescente repressão sobre índios, missionários e outros aliados da causa indígena" é uma das principais denúncias da 4.ª Assembléia Nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que constam de seu documento final, divulgado ontem, no seu encerramento.

A assembléia, realizada em Cuiabá, de 22 a 26, "para expressarmos, com nossa presença na região Centro-Oeste, a profunda solidariedade do Cimi com o povo nhambiquara, em risco iminente de extermínio", contou com a presença de delegados, católicos e evangélicos, 13 bispos e 13 representantes de diferentes povos indígenas do Brasil. Faltaram entre estes, conforme assinala o documento, os três representantes do grupo Cadiveu — "atualmente em grave situação de terra" — que foram detidos pela Funai e Polícia Federal, em Campo Grande, quando se dirigiam a Cuiabá, para participar da assembléia.

O DOCUMENTO

É a seguinte a íntegra do documento da 4.ª Assembléia Nacional do Cimi:

"Durante a assembléia, fizemos levantamento da realidade das comunidades indígenas de todo o Brasil. Constatamos o agravamento dessa realidade, pelo indefinição protelada da demarcação das terras indígenas e pela última política da Funai, a serviço do sistema e dominante.

"Esta política — do choque e do terror — vem se caracterizando por repetidos gestos de corrupção de lideranças; por uma premeditada estratégia de projetos econômicos, que destroem estruturalmente a organização social das comunidades indígenas; por atos de "emancipação de fato" e por uma crescente repressão sobre índios, missionários e outros aliados da causa indígena.

"Comprovamos, entretanto, o avanço da consciência crítica; a retomada de terras e a vontade de organização de muitas comunidades indígenas; a multiplicação de agentes missionários indigenistas, sobretudo jovens; e um maior compromisso de várias igrejas particulares frente à causa indígena, na linha eclesialmente oficial do Cimi; como também a generosa persistência de certos organismos de apoio à causa. Na medida em que os meios "grandes" da comunicação social se negam a dar cobertura ao sofrimento e à voz dos povos indígenas, surge, no País, uma nova cobertura lúcida e fraterna, nas bases populares e nos meios culturais.

"INDIGENAR A EDUCAÇÃO

"Durante a assembléia, estudamos a educação indígena. Revisamos nossas atitudes e procedimentos, didáticos e revalorizamos, na cultura peculiar de cada povo indígena, a função insubstituível de seus agentes e recursos próprios de educação. Mais uma vez afirmamos o valor substancial da língua indígena para a sobrevivência desses povos, como também a linguagem indigenista com que nós devemos nos relacionar com eles.

"Dentro desta revisão do nosso trabalho na educação indígena, sistemática e assistemática, a assembléia se compromete, principalmente, a respeitar o sistema de educação próprio de cada

comunidade indígena e a possibilitar contatos e encontros que ajudem os vários grupos indígenas a se relacionarem, de modo crítico, com a sociedade envolvente.

"IGREJA MISSIONÁRIA"

"Com o novo respaldo dado ao Cimi pela CNBB, em sua última assembléia nacional em Itaipaci, em fevereiro de 1981, reassumimos as linhas de ação de nossas assembléias nacionais anteriores, na encarnação evangelizadora e na defesa da terra, cultura e autodeterminação indígenas.

"Comprometemo-nos, como um todo orgânico eclesial, no serviço evangelizador desses povos, ameaçados pela cobiça e o desrespeito de nossa civilização pretensamente cristã. Queremos conviver com eles, no despojamento e na comunhão, seguindo aquele que se despojou e encarnou, pobre entre os pobres, perseguido e libertador entre os oprimidos.

"Ante a opinião pública, nacional e internacional — e mais particularmente dentro da caminhada mártir e libertadora de nossa América — queremos reafirmar o direito sagrado das comunidades indígenas a serem povos diferentes — alternativa exemplar para nós — e verdadeiras nações, com identidade inalienável. A palavra de João Paulo 2.º em seu marcante encontro com os índios em Manaus, nos confirma nesta opção.

"Denunciamos, mais uma vez, o contumaz adiamento na demarcação da maior parte das áreas indígenas e, particularmente, do parque Ianomani, em Roraima; e das reservas dos Cricati, no Maranhão; dos Gorotire, no Pará; dos Cadiveu, no Mato Grosso do Sul; dos Potiguara, na Paraíba; e dos Apurinã, no Amazonas.

"Denunciamos também a gravíssima negligência da Funai frente aos surtos e epidemias que vêm dizimando, com frequência, comunidades indígenas, como nesses dias acontece com os Ianomani, Macuxi e Valmiri-atroari.

"Frente aos poderes do dinheiro e da repressão, nós acreditamos na força do espírito de Jesus, o ressuscitado, que definiu sua missão como um serviço à vida: 'Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância' (João, 10, 10). Por isso, acreditamos também que o índio, secularmente condenado à morte, pelos sucessivos invasores, é aquele que deve viver."